



**A RELAÇÃO/AÇÃO SUPERVISORA NO CONTEXTO DE UMA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
A POLÍTICA EDUCACIONAL EM CAXIAS DO SUL: GOVERNO DA
ADMINISTRAÇÃO POPULAR
(1997-2004)**

THE EDUCATIONAL POLICY IN CAXIAS DO SUL: THE GOVERNMENT OF
POPULAR ADMINISTRATION
(1997-2004)

Graziela Rossetto Giron¹

RESUMO: O presente artigo, resultado da dissertação de Mestrado, cujo norte é o estudo da política educacional adotada pelo governo da Administração Popular (1997–2004), no município de Caxias do Sul, investiga a formação continuada de professores e a sua implementação. Verifica-se quais foram as ações, os avanços e os limites dessa proposta política, utilizando-se como suporte de investigação, a análise da documentação relativa à política educacional defendida por essa administração, e outras fontes. Conclui-se, que o governo da Administração Popular dentro das possibilidades e dos limites impostos pelo contexto, conseguiu realizar algumas modificações significativas na educação caxiense. Entretanto, a alternância do poder impediu a continuidade dessa política.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; educação; formação de professores.

ABSTRACT: The present article, results of the dissertation of Mastership, whose north is the study of the politic educational adopted for the government of the Administration Populary (1997-2004), in city of the Caxias do Sul, looking the formation continued of the teachers and your implementation. Verify what the actions, advances and the limits of this politic proposition, used whit support the investigation, analyse of the documentation defended for this administration, and other fonts. Conclude, wich the government of the Administration Populary inside of the possibilities and of the limits imposed for the context, make some modification in the education caxiense. However, the alternance of power difficult a continuons implemented of this politic.

KEYWORDS: public politics; education; teachers formation.

¹ Professora da rede municipal de ensino de Caxias do Sul (RS); licenciada em Ciências e Pedagogia; especialista em Formação para Educação a Distância; Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS). Contato: gironfamilia@ibest.com.br



Considerações iniciais

O trabalho de dissertação intitulado *A política educacional em Caxias do Sul no governo da Administração Popular e a formação continuada de professores (1997-2004)*, teve como principal objetivo analisar a política de formação de professores adotada pela Administração Popular, no município de Caxias do Sul, no período de 1997 a 2004, e sua implementação. Esta pesquisa procurou compreender como essa política educacional foi recebida, reinterpretada e apropriada por alguns professores vinculados à rede municipal de ensino, no período em que essa administração foi governo.

Foi a partir da minha prática docente e de ter exercido a função de assessora pedagógica na Secretaria Municipal da Educação de Caxias do Sul, no governo da Administração Popular, que consegui perceber melhor a relação existente entre a educação e a política, ou seja, compreendi a importância que a educação tem para o desenvolvimento humano, suas implicações no contexto socioeconômico e político vigente, como também, a relevância do papel do professor (como agente político) na construção da sociedade.

A metodologia utilizada para a realização da dissertação pautou-se nos pressupostos teóricos da dialética, em que se analisou os fenômenos e a função da assessoria pedagógica dentro de um contexto histórico, levando-se em conta os elementos contraditórios que fizeram parte dessa realidade. Para tanto utilizou-se da:

- análise da documentação relativa à política educacional proposta pela Administração Popular (documentos e produções bibliográficas publicadas por esse governo);
- verificação de textos legais que dão sustentação às políticas educacionais brasileiras (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Plano Nacional de Educação), no que se refere à formação de professores;
- pesquisa de campo em duas escolas da RME, no intuito de compreender melhor como hoje, ainda repercute a política educacional defendida pelo governo da Administração Popular;



- análise do Livro de Atas e de Visitas, das duas escolas investigadas.

Na pesquisa de campo, foram utilizados dois roteiros de discussão ² (um para os professores e gestores, e outro para as secretárias de Educação) com perguntas que, inicialmente, deixaram fluir as narrativas dos entrevistados e, posteriormente, direcionaram a discussão no sentido de elucidar o problema de pesquisa. Entrevistou-se onze (11) professores e três (3) gestores vinculados a duas escolas da rede municipal de ensino, e duas secretárias de Educação da Administração Popular. ³

A opção por investigar apenas duas escolas deveu-se ao fato de que este projeto de pesquisa baseou-se numa metodologia qualitativa, em que o aprofundamento e abrangência de compreensão devem sobressair-se às generalizações. Conforme Minayo (2003, p. 21-22), essa metodologia “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Aspectos que contribuíram para a seleção das duas escolas:

- perfil segundo a classe social dos alunos (filhos de pequenos produtores e crianças pertencentes às classes populares);
- continuidade, em termos oficiais, da política educacional defendida pela Administração Popular, nessas escolas;
- localização geográfica (zona urbana e zona rural).

A análise dos dados obtidos na pesquisa de campo foi realizada utilizando-se como suporte metodológico o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pois se acredita que essa “é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtida de depoimentos [...], que visa dar luz ao conjunto de individualidades semânticas componentes do imaginário social”. (LEVÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 16).

² Alguns professores e gestores responderam individualmente um questionário, devolvendo à pesquisadora, em data previamente estipulada. Outros foram entrevistados pessoalmente, na própria instituição escolar e através do mesmo roteiro de perguntas expresso no questionário. As secretárias de Educação responderam aos questionamentos através de *e-mail*.

³ Cabe salientar que, durante o período em que a Administração Popular foi governo (1997-2004), a Secretaria de Educação de Caxias do Sul teve três representações. Apesar das várias tentativas de contato com uma das secretárias de Educação, não conseguimos obter nenhum retorno, ficando possível somente a sistematização das contribuições de duas secretárias. Salienta-se que esse fato não chegou a comprometer o trabalho realizado, mas limitou a possibilidade de análise da pesquisa.



Resumidamente, o DSC consiste na análise do material verbal coletado na pesquisa, extraído-se dos depoimentos pessoais as idéias-centrais e suas correspondentes expressões-chave, para posterior composição de um ou vários discursos-síntese (dependendo da semelhança ou não das idéias-centrais). Através dessa proposta metodológica, o discurso social adquire uma forma de pensamento sistematizado, representado por um painel de discursos individuais, em que os mesmos refletem o que se pode pensar (num dado grupo ou formação sociocultural) sobre determinado tema.

Diretrizes de governo da Administração Popular

No ano de 1997, a Administração Popular assumiu o governo municipal de Caxias do Sul. Sua gestão buscou uma prática democrática, participativa, pluralista e com os interesses voltados para a maioria da população. “Governar para todos, priorizando os que mais precisam” foi um dos principais lemas utilizados por essa administração, através da criação e ampliação de espaços de discussão popular, como o Orçamento Participativo.

A análise documental, revela que governo da Administração Popular procurou reverter o caráter autoritário do poder municipal, tentando redefinir o conteúdo político do velho Estado privativo das elites, transformando-o em instrumento dos interesses da cidadania. A democratização do poder local; a busca de um desenvolvimento social que garantisse a inclusão, com justiça social e universalização de direitos; a promoção de um desenvolvimento econômico que fosse sustentável, solidário e desconcentrado, gerador de emprego e renda para a população, foram os principais objetivos defendidos pelo governo da Administração Popular, materializados em quatro grandes diretrizes, que visavam a construção de uma cidade: 1) socialmente justa; 2) economicamente sustentável; 3) fisicamente organizada e ambientalmente equilibrada e 4) institucionalmente democrática e participativa.

Como forma de minimizar a desigualdade e a exclusão social resultante da aplicação de um modelo de desenvolvimento econômico competitivo e excludente (neoliberalismo), o governo da Administração Popular procurou investir prioritariamente na garantia dos direitos sociais, através da consolidação de uma rede articulada e integrada



de proteção social. Ações como: universalização do serviço público; qualificação da infraestrutura da cidade; ampliação do saneamento básico e da mobilidade urbana; investimento na construção de uma educação mais democrática e inclusiva; oferta de um modelo de saúde que contemplasse a atenção integral nos diferentes ciclos evolutivos da vida humana; concretização de políticas de segurança, privacidade, acesso à justiça e prevenção; criação de espaços de troca e consumo de bens culturais, esportivos e de lazer, bem como o aprofundamento dos programas destinados aos grupos que necessitavam de atendimento especial (crianças, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais) fortaleceu e ampliou essas políticas sociais, visando a garantir a integralidade e uma vida mais digna para a população.

Política educacional defendida pela Administração Popular

A cada modelo de Estado corresponde um modelo de educação, uma vez que “todo projeto educativo, todo discurso educativo veicula uma imagem de homem, uma visão de homem” (GADOTTI, 1984, p. 144) que se deseja alcançar. Portanto, a política educacional defendida por um governo reflete como ele entende o mundo e as relações entre os homens numa sociedade.

A educação, nos diferentes momentos históricos, manteve-se intimamente ligada a uma visão social, ou seja, foi usada para se ganhar espaço e projeção na sociedade; no entanto, raramente se manifesta como um fim em si mesmo: ou é usada como instrumento de manutenção de uma certa ordem social e econômica, ou serve como meio de transformação dessa estrutura. Não existe neutralidade na educação, como não existe neutralidade em nenhuma ação humana; ou se está atuando a favor, ou contra uma certa ideologia.

A partir da análise dos documentos relativos à política educacional defendida pela Administração Popular, pode-se dizer que a mesma viu a educação como um dos componentes essenciais no processo de construção de uma sociedade mais humana e



democrática; educação como construção do saber, saber que é poder, que é organização política, que é instrumento de luta na transformação da história.

Nesse sentido, essa administração procurou implementar uma política educacional que garantisse o acesso à escola pública como direito social inalienável, financiada pelo Estado (irredutível à condição de mercadoria), na perspectiva de uma sociedade democrática, igualitária e justa. Procurou defender uma educação enquanto instrumento de equidade social, fundamentada nos princípios da inclusão, da solidariedade, da ética, da democracia, da garantia do acesso e da permanência do aluno. Uma escola que respeitasse as diferenças, que estimulasse a solidariedade, a preservação do ambiente natural e que procurasse garantir a aprendizagem dos alunos.

Defendeu a Educação Popular como proposta educacional, objetivando a superação de paradigmas que, no decorrer do processo histórico e social deste país, legitimaram a exclusão de muitas crianças e adolescentes do direito fundamental de ter uma educação com qualidade social. Esse projeto propôs a reorganização da escola como espaço democrático e participativo, tendo como base uma concepção de educação que acredita na utopia da transformação social, oposta à lógica excludente e autoritária ditada pelo neoliberalismo.

Para essa administração, a qualidade no ensino caracteriza-se pela: garantia da infra-estrutura necessária para o funcionamento da escola; formação continuada dos professores que nela atuam; pela valorização da experiência social e cultural do aluno; construção democrática e coletiva do saber; e por um projeto de escola que leve à formação de um sujeito crítico, capaz de uma práxis transformadora.

A implementação do programa municipal de educação, como componente do programa global de governo, baseou-se em cinco diretrizes norteadoras:

- Acesso e permanência do aluno no Ensino Fundamental, Educação Infantil e Ensino Especial: através da garantia de acesso ao Ensino Fundamental, Ensino Especial, Educação Infantil e da implementação de programas como: Progressão da Aprendizagem, Informática Educativa e Ações Complementares.

- Democratização da gestão escolar: através da implementação de ações como: o Orçamento Participativo na Educação, eleições de equipes diretivas,



democratização da informação (Jornal Educação Cidadã, Revista Educação Cidadã e informativo semanal/ofício circular).

- Nova qualidade de ensino: proposição de uma reestruturação curricular, uma metodologia dialógica, uma reorganização dos tempos e espaços da escola (Ciclos de Formação), investimento na formação e valorização profissional e assessoria pedagógica contínua às escolas.

- Educação de Jovens e Adultos: oportunidade de alfabetização e conclusão do Ensino Fundamental para jovens e adultos (Etapas iniciais: 1º a 4º séries e Totalidades finais: 5º a 8º séries).

- Articulação: interface com outras secretarias, autarquias e departamentos do governo municipal, como também com universidades e outras redes de ensino (estadual e particular).

Essas diretrizes tinham como principal objetivo a construção de uma educação pública que garantisse o acesso e a permanência de crianças, jovens e adultos na escola; que contemplasse a participação da comunidade escolar nas decisões educativas; que redimensionasse as relações entre os sujeitos da comunidade escolar; que favorecesse a humanização e contribuísse para a transformação social. Nesse sentido, os envolvidos no processo educativo (pais, alunos, funcionários e professores) foram instigados a conhecer, compreender e interpretar a realidade, criando e recriando soluções aos desafios do contexto educacional e social.

Política de formação continuada de professores

Cada vez que se reestrutura a organização social, política e econômica de uma sociedade, surgem também novas maneiras de organizar a educação, e um novo jeito de se formar os profissionais que atuam nesta área. Ou seja:



A formação de professores não pode considerar-se um domínio autônomo de conhecimento e decisão. Pelo contrário, as orientações adaptadas ao longo da sua história encontram-se profundamente determinadas pelos conceitos de escola, ensino e currículo, prevalentes em cada época. A partir da definição de cada um destes conceitos, desenvolvem-se imagens e metáforas que pretendem definir a função do docente como profissional na escola e na aula. [...] cada uma destas imagens ou metáforas tem subjacente: uma determinada concepção de escola e do ensino; uma teoria do conhecimento e da sua transmissão e aprendizagem; uma concepção própria das relações entre teoria e a prática, entre a investigação e a ação. (GOMEZ, 1995, p. 95 -96).

No caminhar da humanidade diferentes compreensões sobre o papel e a formação dos professores foram sendo construídas, tendo em vista algumas prioridades de ordem econômica, social, política, cultural e ideológica da época. Vive-se hoje uma lógica, cujo o contexto educacional tem, como finalidade primordial, preparar as crianças e os adolescentes para conseguir um emprego no futuro, ou, para mais tarde, serem alguém na vida (como se alguém só tivesse valor pelo que faz, produz ou produzirá, e não pelo que é aqui e agora). É a mercantilização da educação, e a mesma está perdendo cada vez mais a função de humanização, de socialização e de emancipação humana, para transformar-se em mera mercadoria.

A proposta político-pedagógica defendida pela Administração Popular teve, como principal referência, a efetivação de uma Educação Cidadã, balizada nos princípios da inclusão, da solidariedade, da ética e da democracia. Uma educação que visava a repensar as fronteiras da desumanização-humanização, pela superação de práticas pedagógicas que, historicamente, legitimaram a exclusão de milhares de crianças, jovens e adultos da escola.

No entanto, considerar a educação como direito social significa romper com formas de transmitir conteúdos desprovidos de significado, por meio de programas que definem o “sucesso” ou o “fracasso” do aluno, legitimando dessa forma a seleção natural dos aptos e dos inaptos. Baseada nas diretrizes propostas pelo Plano Municipal de



Educação (PME), o governo da Administração Popular investiu numa política educacional, que visou à formação e à valorização dos professores da rede municipal de ensino (RME) através das seguintes ações:

- promover momentos que levassem os docentes a refletirem sobre sua prática, objetivando a superação das limitações da própria atuação e o redimensionamento do seu papel no trabalho educativo e na sociedade;
- melhorar as condições de trabalho e de remuneração profissional;
- implementar um Plano de Carreira que pudesse contribuir para a valorização do professor;
- prestar assessoramento continuado aos professores e funcionários das escolas, coerente com a realidade das escolas públicas;
- oferecer cursos, encontros, palestras e seminários, troca de experiências e grupos de estudo, a fim de possibilitar inovações e progressos na prática pedagógica;
- fornecer verba específica às escolas para ser usada na aquisição de materiais didático-pedagógicos e aperfeiçoamento profissional.

Para atingir tais fins, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) organizou um programa que foi estruturado em três momentos básicos:

- grandes eventos (seminários, palestras e fóruns);
- eventos específicos (cursos e oficinas das diferentes áreas do conhecimento);
- acompanhamento em serviço (assessoria direta às escolas, através da teorização da prática).

Essa estruturação tinha, como principais objetivos: esclarecer dúvidas dos professores com relação às questões educativas e gerais da escola; possibilitar inovações e progressos na prática pedagógica, tentando estabelecer relação entre o aspecto humano e o profissional; enriquecer o conhecimento do professor, procurando desenvolver no mesmo, uma postura crítica e analítica dos fatos; possibilitar a reflexão sistemática sobre o trabalho desenvolvido em sala de aula, buscando com isso criar alternativas no sentido de qualificar o saber docente.



Resultados obtidos

Segundo os professores e gestores entrevistados, durante o governo da Administração Popular: houve uma maior preocupação com o professor e com o aluno; existiu um maior investimento na formação do professor (cursos, seminários, grupos de estudo nas escolas, momentos de troca de experiências), o que possibilitou uma melhoria na qualidade do ensino; foi oferecida uma maior diversidade de técnicas e procedimentos pedagógicos, visando a qualificar o trabalho docente (Metodologia Dialógica via Tema Gerador Freireano, Escola por Ciclos, assessoria pedagógica); houve uma democratização nas relações entre escola e comunidade (parceria na gestão escolar).

A construção do Plano Municipal de Educação (PME) foi um dos principais instrumentos utilizados por essa administração, para envolver a comunidade escolar na discussão e definição das políticas educacionais, além da implementação do Orçamento Participativo (OP) da Educação, da criação de diversos programas e projetos que auxiliaram na inclusão escolar, e da articulação de políticas entre órgãos gestores públicos e privados, visando a garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola.

Apesar de a maioria dos professores e gestores entrevistados terem referendado a proposta de educação defendida pela Administração Popular, ficando entusiasmados e dispostos a auxiliar na implementação dessa política educacional e reconhecido que essa política educacional foi construída de forma democrática e participativa, existiram alguns aspectos que dificultaram um maior envolvimento e participação dos professores nesse processo. Entre eles: uma certa desconfiança e receio diante da mudança educativa que estava sendo proposta; a falta de esclarecimentos sobre algumas ações que estavam sendo efetivadas no ensino municipal; uma visão muito presa (por parte da assessoria pedagógica da SMED) sobre determinados conceitos pedagógicos, sem que houvesse possibilidade de adequação à realidade das escolas (principalmente com relação à Metodologia Dialógica via Tema Gerador Freireano); o fato de a Administração Popular ter assumido uma postura paternalista na comunidade escolar, não conseguindo fazer com que as famílias se envolvessem mais com a educação dos filhos.



Discernir qual é a maneira mais adequada de governar; lidar com a diversidade de referencial ideológico, político, cultural e intelectual dos diferentes atores sociais envolvidos no processo educacional (principalmente os professores); e a dificuldade em efetivar um projeto político mais amplo e continuado para a educação (projetos de Estado e não de governo) são aspectos que exerceram influência na implementação e efetivação das políticas educacionais defendidas pela Administração Popular. Até porque, a implementação de políticas constitui-se num processo contínuo, um processo de vir-a-ser, que sofre inferências de diferentes contextos e visões de mundo, não podendo ser analisada somente como procedimento de produção e efetivação.

De acordo com os entrevistados, várias foram as mudanças no ensino municipal caxiense que tiveram início no governo da Administração Popular e que continuam até hoje (apesar do descompromisso da atual gestão com essas propostas). Entre elas: a implantação da escola organizada por Ciclos de Formação; a proposição de uma metodológica que levasse em conta a realidade do aluno (Metodologia Dialógica via Tema Gerador Freireano); o serviço de apoio oferecido aos professores e alunos das escolas organizadas por Ciclos de Formação (laboratório de aprendizagem, sala de recursos, articulador pedagógico, professor itinerante, etc.); o estabelecimento de práticas pedagógicas emancipatórias, proporcionando uma maior autonomia pedagógica ao professor.

Como sugestão para futuras administrações, os entrevistados mencionaram algumas ações, entre elas: continuidade de investimentos em cursos de formação para os professores, contemplando as diferentes áreas do conhecimento (momentos onde grupos pequenos fossem atendidos); uma simplificação na proposta metodológica via Tema Gerador Freireano (mais especificamente na construção da rede temática), de forma a que a mesma pudesse servir de apoio e não como base para o trabalho pedagógico de sala de aula; que fossem pensadas políticas educacionais mais amplas, em que a política de formação e as propostas das escolas por Ciclos, pudessem continuar independente das barreiras políticas; um maior fortalecimento da parceria entre comunidade e escola, através da criação de mecanismos que pudessem envolver os pais nas decisões escolares, como também comprometê-los mais com a educação dos filhos.



Considerações finais

A partir desse estudo, conclui-se que dentro das possibilidades e dos limites impostos pelo contexto, o governo da Administração Popular conseguiu realizar algumas modificações significativas na educação caxiense e na formação dos professores vinculados ao ensino municipal. Entretanto, a alternância do poder sem um comprometimento maior com a implementação de políticas educacionais que privilegiam a democratização e a cooperação, tem dificultado, e algumas vezes até impedido, que uma educação inclusiva seja efetivada em Caxias do Sul (e até em nosso país).

Realmente, torna-se difícil superar o desequilíbrio existente entre os interesses defendidos pelas esferas do governo e pelas diferentes instâncias da sociedade, sem que haja comprometimento e envolvimento no processo. Nesse sentido, faz-se necessária uma mudança profunda de paradigma na relação Estado-sociedade, e não apenas uma mudança de procedimentos normativos na gestão de alguns governos que defendem uma maior participação social.

Portanto, para que se possa construir uma proposta de educação mais democrática é fundamental que se criem mecanismos políticos que dêem continuidade às políticas educacionais, pois de nada adianta algumas administrações mais ousadas proporem ações que privilegiam a discussão e a participação popular, se esses procedimentos não têm continuidade. Ou seja, é urgente que sejam implementados, em nosso município (e país), projetos de *Estado* e não de *governo*, sob pena de a população brasileira ficar subjugada a um eterno recomeçar, algo extremamente desgastante e prejudicial para a construção da soberania nacional.

Um projeto político democrático se constrói quando há o envolvimento e o comprometimento de toda a sociedade (população e representantes políticos), na construção de um país melhor. Isso pressupõe o desenvolvimento de uma consciência crítica, acrescido da necessidade de criação de mecanismos políticos que incentivem a participação e a discussão coletiva, com vistas a defender os interesses da maioria e não apenas de alguns grupos que visam alcançar benefícios próprios, ou manter-se no poder. A



implementação de políticas constitui-se num processo contínuo, que sofre inferências de diferentes contextos e visões de mundo, não podendo ser entendidas somente como procedimentos de produção e efetivação.

Com relação à política de formação de professores implementada pela Administração Popular, pode-se dizer que a mesma não modificou inteiramente a atuação dos professores municipais, até porque cada um tem uma trajetória de vida pessoal e profissional que precisa ser respeitada. Entretanto, a partir dos documentos analisados, percebe-se que essa administração tentou contribuir para: redimensionar a auto-imagem e a auto-estima dos professores; integrar o coletivo da escola na concretização de objetivos comuns; possibilitar a troca de experiências (ampliando ainda mais os laços e o comprometimento dos educadores com uma educação solidária e humana); valorizar o papel do professor como sujeito do conhecimento, ampliando assim, o seu saber pedagógico.

Nota-se que houve todo um investimento em considerar o professor como sujeito e co-responsável no processo educativo, principalmente quando os docentes (juntamente com a comunidade escolar) foram convidados a discutir e definir com a SMED, os princípios do Plano Municipal de Educação. Parafraseando Tardif:

Um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é somente um agente determinado por mecanismos sociais: é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta. Nessa perspectiva, toda pesquisa sobre o ensino tem, por conseguinte, o dever de registrar o ponto de vista dos professores, ou seja, sua subjetividade de atores em ação, assim como os conhecimentos e o saber-fazer por eles mobilizados na ação cotidiana. [...] deve se basear num diálogo fecundo com os professores, considerados não como objetos de pesquisa, mas como sujeitos competentes que detêm saberes específicos ao seu trabalho. (2002, p. 230).

Tentar viabilizar uma proposta de formação continuada de professores que contemple uma educação mais democrática e cooperativa é urgente e imprescindível, na medida em que isso pode colaborar com a construção de um novo modelo de sociedade e de mundo. Um mundo diferente daquele proposto pelo modelo neoliberal, em que os termos *qualidade* e *solidariedade* (antigas bandeiras de luta dos setores progressistas) acabaram se banalizando e se reduzindo a “um mero critério produtivista de medição de aprendizagens [...] submergida na voragem tecnocrática ditada pelos organismos



internacionais que condicionam severamente as reformas em curso nos países da região”. (GENTILI; McCOWAN, 2003, p. 266).

A defesa de uma educação que trabalhe a solidariedade, não no sentido assistencialista (que degrada e retira a dignidade daqueles que são vítimas de um modelo econômico baseado na exploração e desigualdade), mas como sinônimo de compromisso social na luta pela transformação das práticas excludentes e desumanas, é condição indispensável para que se possa construir um mundo com justiça social.

Referências

- GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GENTILI, Pablo. McCOWAN, Tristan (Org.). **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- GOMEZ, Angel Pérez. O pensamento prático do professor - a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do Sujeito Coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Caxias do Sul: Educus, 2005. (Coleção Diálogos).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHUGURENSKY, Daniel. Globalização, democracia participativa e educação cidadã: o cruzamento da pedagogia e da política pública. In: SILVA, Luiz Heron. **Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.